

# TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O ESPAÇO RURAL COMO DESTINO TURÍSTICO

JOSÉ CADIMA RIBEIRO  
(EEG e NIPE - Universidade do Minho)

LAURENTINA CRUZ VAREIRO  
(IPCA - Escola Superior de Gestão)

## Introdução

É amplamente reconhecido que o turismo se oferece como um importante instrumento de desenvolvimento das economias contemporâneas, proporcionando benefícios de longo prazo quando implementado de forma sustentada. De facto, ao implicar uma rede complexa de actividades económicas envolvidas no fornecimento de alojamento, alimentação e bebidas, transportes, entretenimento e outros serviços para os turistas, o turismo é um elemento estruturante da economia.

Esta constatação resulta da evidência empírica de muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento onde o turismo é hoje um sector estratégico ou está a evoluir nesse sentido. Portugal não foge a esta regra, sendo o turismo apresentado como um *cluster* estratégico no Plano de Desenvolvimento Económico e Social para 2000/2006, em fase de implementação. A ênfase era particularmente colocada no contributo que este sector poderia dar para o desenvolvimento de algumas regiões, especialmente as mais pobres e com menos alternativas económicas.

Reconhecendo-se a importância da análise dos recursos turísticos disponíveis para definir a vocação turística de um lugar e, sobretudo, para seleccionar a alternativa mais favorável (Cerro, 1993), constitui propósito desta investigação fazer uma avaliação preliminar dos impactes do Turismo no Espaço Rural (TER) nos territórios onde está implantado e avaliar de que forma esses recursos são aproveitados e potenciam o desenvolvimento desses territórios. Sabe-se, entretanto, que só será potenciador de desenvolvimento se obedecer a uma estratégia integradora dos valores e das culturas locais.

Tomando para exemplo os casos dos municípios de Caminha e Paredes de Coura, visa-se igualmente retirar destes casos algumas ilações de política na perspectiva da configuração de estratégias que tirem melhor partido do potencial de recursos de certos territórios.

A esse propósito, é útil lembrar que, como qualquer outro sector produtivo, o turismo tende a localizar-se nas áreas do espaço físico que lhe são mais favoráveis, ou seja, onde se encontra a matéria-prima que o abastece (Boullon, 2000). As atracções turísticas são a matéria-prima do turismo, quer dizer, elas constituem a causa principal que motiva as pessoas a viajarem até estes espaços, quer para conhecê-los, quer para desfrutar do consumo das actividades programadas com o objectivo de satisfazer as suas expectativas.

## 1. Turismo no Espaço Rural

### 1.1 Estratégia e recursos

O turismo tem vindo a ganhar espaço crescente nas propostas de desenvolvimento que têm sido delineadas com o fim de contribuir para a resolução da crise que afecta a maioria das áreas rurais. Contudo, apesar das perspectivas de evolução do sector turístico serem animadoras, é fundamental que o seu crescimento seja efectuado de forma sustentada, quer a nível económico, quer a nível ambiental.

Neste sentido, será crucial que os esforços sejam orientados para a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, para o reforço das parcerias estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural. De alguma forma, poder-se-á dizer que o turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos (Ribeiro, 2001). Nesta acepção, o sucesso da actividade turística prende-se de perto com os recursos locais, na sua expressão quantitativa e qualitativa.

Esta perspectiva fundamenta-se no paradigma do desenvolvimento endógeno, que surgiu no final dos anos 70/início dos anos 80 do século passado como uma reacção aos modelos e às políticas regionais tradicionais. De facto, a política regional tradicional, assente numa estratégia de “cima para baixo”, num modelo de crescimento concentrado e orientado para a redistribuição espacial das actividades económicas, utilizando, para tal, recursos exteriores à área assistida, vai sendo progressivamente substituída, como refere Barquero (1995), por uma orientação de “baixo para cima”, que procura ultrapassar os desequilíbrios regionais através do apelo não só a factores externos mas, também, aos recursos próprios dos territórios. Esta nova estratégia sustenta a ideia de que o desenvolvimento económico não tem de ser necessariamente polarizado e concentrado nas grandes cidades, podendo ser difuso se houver capacidade para utilizar com eficácia os recursos endógenos e as competências dos territórios.

A própria expressão “desenvolvimento endógeno” (ou “desenvolvimento a partir de baixo”) espelha, na opinião de Polèse (1998) “a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “saber-fazer”) dos habitantes e das empresas da região”. Existe, assim, a convicção de que as mulheres e os homens de determinado território devem ter capacidade para desencadear as adaptações mais adequadas às alterações do mercado internacional e, partindo das suas potencialidades e objectivos, orientar o processo de desenvolvimento local.

O sucesso de uma região dependerá, em última análise, da sua capacidade de chamar a si a resolução dos seus problemas, de organizar vários agentes em torno de objectivos comuns, e de adaptar-se e ajustar-se com sucesso às pressões externas. As fontes de desenvolvimento residem, deste modo, na própria população, no seu sentido de comunidade e, talvez mais importante que tudo, no seu espírito de inovação e iniciativa (Polèse, 1998a).

Este desenvolvimento deve ser determinado ao nível da menor escala territorial possível (Henriques e Neves, 1986) e, como já foi sublinhado, a partir da identidade territorial das populações. Implica, daí, uma gestão descentralizada e orientada por organismos intermédios que apoiem material ou financeiramente as empresas. Sendo assim, espera-se que o desenvolvimento local seja acompanhado de uma redução da dependência da região face aos governos e aos agentes económicos externos à região (Polèse, 1998).

Para que a endogeneização do desenvolvimento ocorra, será necessário que se verifiquem, em simultâneo, como salienta Baptista (1997), três condições: haver alguém com vontade e capacidade para organizar os meios de produção, isto é, haver alguém com um projecto; existirem condições materiais e institucionais que permitam concretizá-lo; e haver capacidade organizativa que garanta a competitividade no mercado. Deste modo, a ênfase dada ao ambiente local, apesar de ter o mérito de chamar a atenção para os recursos e potencialidades das diversas regiões, pode também ser a maior fraqueza do modelo,

conforme destaca Polèse (1998), uma vez que os meios (“milieux”) não são todos iguais. Assim se passa também com a actividade turística, na medida em que as possibilidades não são idênticas para todas as regiões e, por essa razão, nem todas podem basear no turismo o seu desenvolvimento. Para algumas o turismo assume uma importância vital, para outras é um factor de desenvolvimento e para outras, ainda, constitui um mero co-adjuvante, com maior ou menor expressão consoante as condições existentes (Cunha, 1997).

A esta luz, é adicionalmente relevante mencionar que as condições subjacentes à exploração da actividade turística têm vindo a alterar-se. O clima criado por uma sociedade em mudança acelerada, conjugado com a afirmação de um consumidor cada vez mais consciente em matéria de ecologia, que anseia por uma nova qualidade de vida e se oferece crescentemente alertado para os efeitos nefastos do turismo de massas, vêm proporcionando as bases para a diversificação das actividades e produtos turísticos. Como consequência deste ambiente, o mercado vem evoluindo muito rapidamente em direcção a novos produtos. Entre esses produtos encontra-se o turismo no espaço rural.

O desenvolvimento deste mercado (TER) não pode, assim, ser considerado acidental ou temporário. É, antes, o resultado da evolução do modelo de sociedade. Na realidade, aspectos como a qualidade ambiental, a tranquilidade, o contacto com a natureza, assim como a preferência por períodos de férias mais curtos, são factores que incrementaram o interesse do turista pelos espaços rurais. Por outro lado, um importante volume de investimento, propiciado fundamentalmente pelas ajudas da União Europeia, favoreceu a entrada no mercado de uma ampla e heterogénea oferta, que de algum modo reflecte também a importância crescente desta modalidade de turismo.

### **1.2 A sustentabilidade da estratégia**

Visto pela perspectiva do desenvolvimento rural, o TER é uma das actividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico, sendo tanto mais forte quanto conseguir endogeneizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região. O turismo constitui-se como factor de diversificação das actividades agrícolas, bem como factor de pluri-actividade, através da dinamização de um conjunto de outras actividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem.

Este tipo de turismo, ainda que seja minoritário no conjunto do mercado turístico, pode, assim, dar uma contribuição valiosa para a sustentabilidade das economias rurais. Isto pode ser constatado não só em termos financeiros mas também em termos de emprego, de conservação do meio ambiente, de impulso à reabilitação do património artístico e cultural dos espaços rurais, entre os efeitos positivos mais evidentes (Vera, 1997).

No entanto, apesar do turismo no espaço rural ter numerosas vantagens, também pode suscitar diversos problemas. De forma a minimizar estes problemas, é necessário definir alternativas ou estratégias de desenvolvimento turístico que impliquem uma utilização responsável do território, harmonizando os interesses do turismo, do meio ambiente e da comunidade local (Vera, 1997; Bote Gómez, 2001). Em razão das expectativas criadas, na definição do modelo ou estratégia de desenvolvimento do TER devem considerar-se os seguintes objectivos, diferenciados dos do turismo tradicional (Bote Gómez (2001)):

- i) compatibilização da conservação com o desenvolvimento dos recursos turísticos, pois, dispondo o meio rural de um património natural e sócio-cultural importante, o desenvolvimento turístico tem de respeitar a integridade dos seus recursos (paisagem atractiva, tranquilidade e repouso, arquitectura popular, etc.), geralmente de carácter frágil;

- ii) por contraponto da oferta concentrada e de grande escala, características das estratégias implementadas em áreas litorais, deve procurar-se a criação de uma oferta (de alojamento e recreação) não concentrada e de pequena escala, mas coordenada a nível local e comercial (por razões de promoção, comercialização e gestão);
- iii) para além do intercâmbio económico, necessário para rendibilizar os investimentos, esta estratégia deve estimular o contacto com a natureza, mediante a criação e promoção de actividades ao ar livre e a potenciação de um autêntico diálogo entre as populações rural e urbana, através de um conjunto de actividades de animação sociocultural;
- iv) este tipo de turismo tem de ser organizado e gerido pela população rural, o que é possível, pois trata-se de uma oferta de pequena escala e, além disso, desta forma consegue-se um desenvolvimento autónomo e optimizam-se os benefícios directos e indirectos do turismo. Esta dimensão articula-se o com o necessário consentimento e participação da sociedade rural na implementação da actividade. Estas populações/agentes terão, por sua vez, de fazer um esforço de consensualização e cooperação por forma a facilitar as complexas tarefas que o desenvolvimento e conservação dos recursos turísticos implicam.

Deste modo, qualquer implantação de turismo rural deve reger-se, segundo Vera (1997), pelos seguintes princípios: i) uso sustentável dos recursos; ii) revitalização das economias locais; iii) qualidade de desenho e de gestão; iv) integração da população local; v) desenvolvimento planeado e controlado, que implique a não massificação, e um baixo impacto; e, definitivamente, vi) a sustentabilidade.

## 2. Os números do TER em Portugal

Antes de avançarmos para os estudos de caso, importa apresentar alguns dados estatísticos da evolução do turismo no espaço rural em Portugal nos últimos anos.

O início do séc. XXI, no que ao turismo no espaço rural diz respeito, apresenta-se caracterizado pelo crescimento do número de estabelecimentos e do número de camas, em todas as modalidades, como tem acontecido desde o seu arranque (Quadro 1).

Quadro 1  
Número de Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento, por modalidades

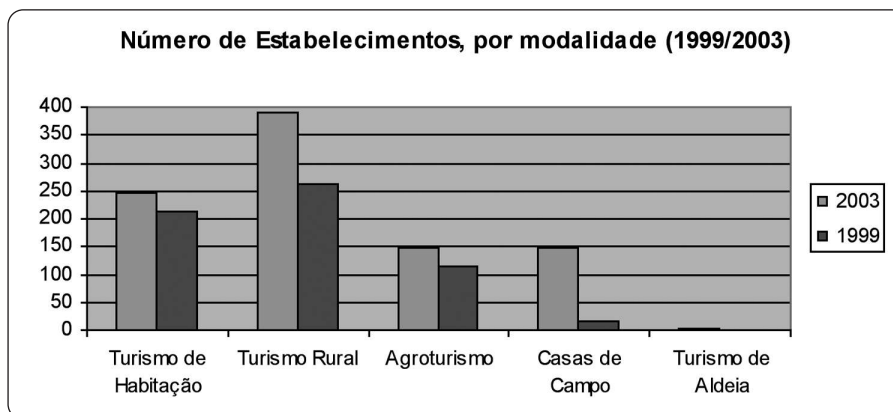
Modalidades	N.º de Estabelecimentos						N.º de Camas					
	2003	2002	2001	2000	1999	Var % média	2003	2002	2001	2000	1999	Var % média
Turismo de Habitação	246	224	228	229	214	3,6%	2733	2677	2371	2375	2183	5,9%
Turismo Rural	391	358	284	280	262	10,9%	3676	3256	2379	2347	2208	14,4%
Agroturismo	147	145	122	119	115	6,6%	1813	1738	1386	1350	1295	9,2%
Casas de Campo	148	116	51	40	15	87,3%	988	763	340	221	90	88,3%
Turismo de Aldeia	4	3	(a)	-	-	-	127	99	(a)	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>936</b>	<b>866</b>	<b>685</b>	<b>668</b>	<b>606</b>	<b>11,8%</b>	<b>9337</b>	<b>8533</b>	<b>6476</b>	<b>6293</b>	<b>5776</b>	<b>13,3%</b>

(a) - Modalidade não considerada em 2001  
Fonte: DGT

Nos termos dos dados disponibilizados pela Direcção-Geral de Turismo (DGT), constata-se igualmente que, após uma primeira fase, a maioria dos estabelecimentos que entraram em funcionamento foram do tipo Turismo Rural<sup>1</sup>, Agroturismo e Casas de Campo, o que fez com que diminuísse o peso percentual do Turismo de Habitação, núcleo de arranque do TER.

<sup>1</sup> *Turismo de Habitação* - caracteriza-se por solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico, com dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade (DSECT, 2003).

Gráfico 1



Em 2003, do total de 936 estabelecimentos, 246 inseriam-se no TH, 391 no TR, 147 no AG, 148 nas CC e 4 integravam o TA.

A NUT II Norte, tal como em anos anteriores, continuava a ser a região com maior capacidade de alojamento (3992 camas, integradas em 2023 quartos, distribuídos por 412 unidades de alojamento). A NUT Centro encontrava-se em segundo lugar, com 1884 camas, em 189 estabelecimentos. As Regiões Autónomas das Açores e da Madeira foram, contudo, as que apresentaram taxas de crescimento mais elevadas nos últimos anos.

Quadro 2  
Número de Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento, por NUTS II

NUTS II	N.º de Estabelecimentos						N.º de Camas					
	2003	2002	2001	2000	1999	Var % média	2003	2002	2001	2000	1999	Var % média
Norte	412	372	283	274	262	13,1%	3992	3568	2597	2528	2394	15,2%
Centro	189	171	132	130	118	13,8%	1884	1672	1230	1199	1102	15,8%
Lisboa e Vale do Tejo	98	99	95	96	98	0,4%	1053	1064	981	985	1003	2,1%
Alentejo	124	111	90	84	84	10,2%	1402	1239	904	831	844	14,8%
Algarve	23	24	19	19	18	10,6%	241	247	207	207	197	8,1%
<b>Continente</b>	<b>846</b>	<b>777</b>	<b>619</b>	<b>603</b>	<b>580</b>	<b>10,7%</b>	<b>8572</b>	<b>7790</b>	<b>5919</b>	<b>5750</b>	<b>5540</b>	<b>12,8%</b>
R.A. Madeira	42	41	31	30	15	45,2%	383	361	264	250	116	52,6%
R.A. Açores	48	48	35	35	11	85,1%	382	382	293	293	120	58,2%
<b>Total Geral</b>	<b>936</b>	<b>866</b>	<b>685</b>	<b>668</b>	<b>606</b>	<b>13,1%</b>	<b>9337</b>	<b>9337</b>	<b>6476</b>	<b>6293</b>	<b>5776</b>	<b>14,5%</b>

Fonte: DGT

*Turismo Rural* - Serviço de hospedagem prestado a turistas em casas rústicas com características próprias do meio rural em que se inserem, situando-se em aglomerado populacional ou não longe dele (DSECT, 2003).

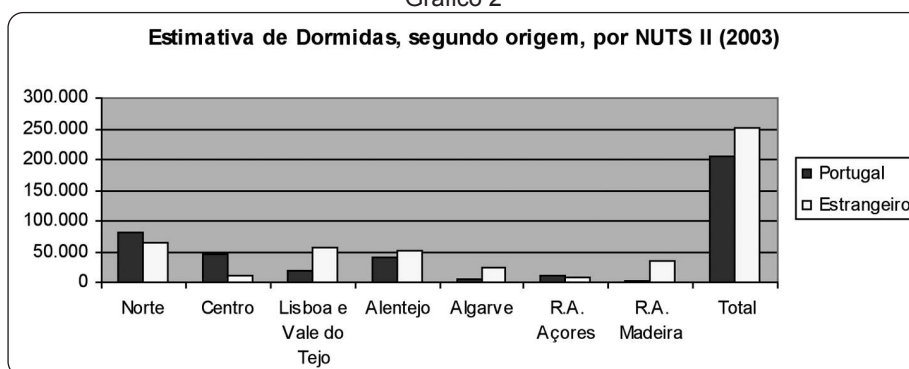
*Agro-Turismo* - caracteriza-se por casas de habitação ou os seus complementos integrados numa exploração agrícola, permitindo-se a participação dos turistas em trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementar (DSECT, 2003).

*Casas de Campo* - são casas particulares e casas de abrigo situadas em zonas rurais que prestam um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários (DSECT, 2003).

*Turismo de Aldeia* - caracteriza-se pelo serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores (DSECT, 2003).

No que respeita à nacionalidade dos frequentadores de estabelecimentos TER, constata-se que, em 2003, 55,1% foram estrangeiros oriundos, sobretudo, da Alemanha, Reino Unido, França, Holanda e Espanha (totalizando estes países cerca de 75% das dormidas de estrangeiros). É de registar o aumento do peso de dormidas de estrangeiros (em 2002, representavam 52,4% das dormidas), constatando-se, no entanto, um decréscimo de 8% no nível total de dormidas motivado pelas descidas conjuntas das dormidas de nacionais (-13,2%) e de estrangeiros (-3,3%).

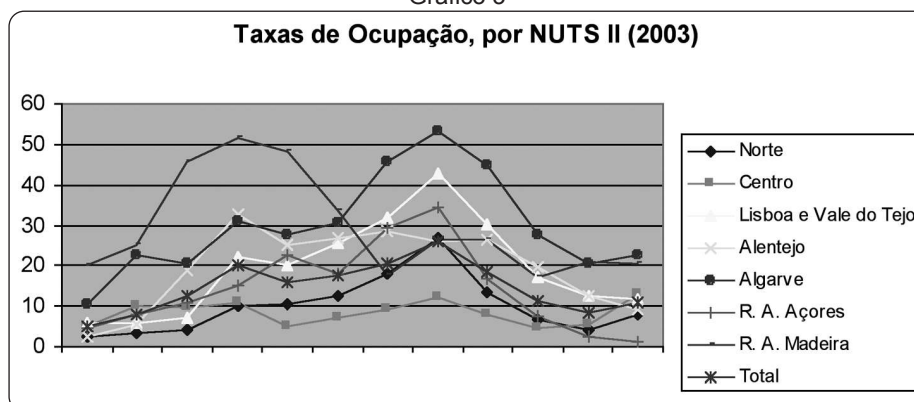
Gráfico 2



Para melhor compreender a dimensão do TER em Portugal importa, no entanto, reter os seguintes aspectos: embora os estabelecimentos TER representem 32,6% dos estabelecimentos de alojamento, representam apenas 3,7% da capacidade hoteleira (embora uma leitura mais fina, que excluísse os grandes centros urbanos e a faixa costeira balnear, ajudasse a compreender melhor o interesse da sua análise); por outro lado, as taxas de ocupação-cama, em 2003 (tal como em anos anteriores), eram bastante fracas (em média, 14,7%, inferior à registada no ano anterior - 17,5%), longe das taxas de ocupação das restantes categorias de estabelecimentos (que se cifravam em 39,6%).

Um marcado regime sazonal na procura turística manifestava-se tanto no comportamento dos visitantes estrangeiros como dos nacionais, embora nestes últimos a concentração anual da procura fosse sensivelmente menos significativa.

Gráfico 3

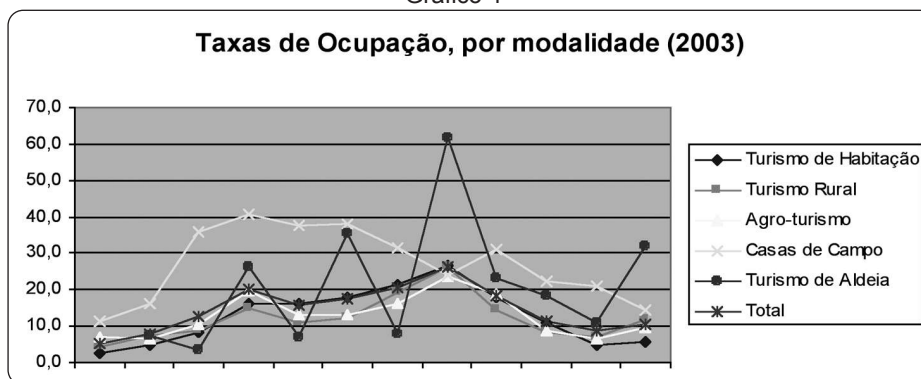


De facto, a sazonalidade é um grave problema com que o TER se tem deparado, representando os meses de Julho a Setembro os de maior procura (com taxas de ocupação acima dos 20%), atingindo, no conjunto, cerca de 45% do total anual de dormidas. Os meses de Janeiro, Fevereiro, Novembro e Dezembro, correspondendo à estação baixa, são os que apresentam taxas de ocupação inferiores (menos de 10%).

Como pode ser constatado no gráfico anterior, a R.A. Madeira seguida do Algarve, registaram as maiores taxas de ocupação-cama (em média 30,2 e 30,1%, respectivamente).

Para esta sazonalidade também contribui o facto de existirem alguns estabelecimentos que não se encontram abertos durante todo o ano, correspondendo o período de encerramento com a época baixa do turismo de sol e praia.

Gráfico 4



Se analisarmos as taxas de ocupação-cama, por modalidade, verificamos que as Casas de Campo são os estabelecimentos TER com taxas de ocupação mais elevadas (27,1%, em 2003) e onde os níveis de sazonalidade são menos evidentes, o que vem justificar o aumento verificado no número de estabelecimentos nos últimos anos.

### 3. Estudos de Caso

Na parte que se segue apresentam-se dois estudos empíricos em que se procurou identificar os contornos específicos que tomou a implementação do Turismo no Espaço Rural nos concelhos de Caminha e de Paredes de Coura, e se ensaiou fazer uma avaliação sumária dos respectivos impactes sócio-económicos.

Trata-se de dois municípios pertencentes à NUT III Minho-Lima, embora Caminha se situe no litoral e apresente já algum historial no que ao TER diz respeito, enquanto Paredes de Coura, concelho do interior do Alto Minho, parece agora despontar para este tipo de actividade.

A informação recolhida através de inquérito directo visou o universo das unidades instaladas sobre a designação de Turismo no Espaço Rural, tendo sido obtida nos meses de Novembro e Dezembro de 2004. A receptividade ao inquérito foi elevada, tendo existido apenas um caso em Caminha e dois no município de Paredes de Coura onde não houve disponibilidade dos respectivos responsáveis para responder ao questionário, daí que os dados que se lhe referem tenham sido coligidos unicamente a partir das fontes estatísticas oficiais.

Segue-se a apresentação dos dois casos. A essa apresentação suceder-se-á a tentativa de leitura conjunta de resultados e as ilações daí derivadas.

### 3.1 O caso de Caminha

O concelho de Caminha abrange uma área de cerca de 138 km<sup>2</sup>, sendo constituído por 20 freguesias. De acordo com os dados do Recenseamento de 2001, a sua população era de 16 897 habitantes, tendo-se constatado um acréscimo de população residente relativamente ao censo anterior. A sua população activa rondava os 7 mil habitantes, distribuídos pelos sectores terciário (59%), secundário (34%) e primário (7%).

Caminha é um concelho rico em termos ambientais e paisagísticos, possuindo variados e qualificados recursos naturais, patrimoniais e culturais, o que potenciou o crescimento do turismo, principalmente na época balnear. No entanto, durante todo o ano, por ocasião de festividades e aos fins-de-semana, são já muitas as pessoas que escolhem Caminha como destino e, também, como local para ter uma segunda residência.

A configuração geomorfológica é bastante variada, destacando-se as férteis margens dos rios Minho, Coura e Âncora, as encostas de Argela, Venade, Vilarelho e Cristelo e a Serra D'Arga, cuja cota se aproxima dos 700 metros de altitude. Em quase todo o concelho, o clima é temperado e agradável, com forte influência do ar marítimo.

O TER apresenta alguma expressão, quer pela riqueza histórica e arquitectónica das suas casas antigas e senhoriais, quer pela possibilidade de usufruto da beleza paisagística e qualidade ambiental já mencionada.

Existem no concelho de Caminha as casas afectas ao TER que se identificam de seguida:

Quadro 3  
Identificação e localização das unidades TER existentes em 2004 (Caminha)

Nome das Casas	Modalidades de TER	Freguesia	Distância à Sede do Concelho	Início da Actividade
Hotel Rural Casa da Anta	HR	Lanhelas	6 km	1983
Quinta da Graça	TH	Vilarelho	0,5 km	1985
Casa da Eira	TR	Moledo	2,5 km	1991
Casa da Torre	TR	Âncora	9 km	1995
Casa de Leiras	TR	Matriz	0,5 km	2001
Quinta da Cantareira	TR	Vilar de Mouros	5 km	2002
Casa do Esteiró	TR	Vilarelho	1,5 km	-

Fonte: Elaboração própria

Da análise do quadro 3 conclui-se, de uma parte, que estas unidades turísticas estão presentes em apenas seis das vinte freguesias do concelho e, doutra parte, que todas as unidades se localizam no litoral do concelho, estendendo-se por toda a costa de Caminha. Dessas unidades, uma delas pertence à modalidade Hotel Rural (resultou da reconversão de uma casa de turismo rural), outra toma a forma de Turismo de Habitação, e as cinco restantes inserem-se na vertente Turismo Rural.

Do ponto de vista das características das unidades e evolução da propriedade, o quadro 4 sintetiza alguns elementos adicionais relevantes.



Quadro 4  
Breve caracterização das unidades TER (Caminha)

Casas de TER	Área Total da Propriedade	Século de Construção	Gerações na Família	Antes de ser TER
Hotel Rural Casa da Anta	Nr	XVII	2	Quinta
Quinta da Graça	1,5 ha	XVII	Adquirida	Habitação
Casa da Eira	5000 m <sup>2</sup>	XIX	Adquirida	Quinta
Casa da Torre	5000 m <sup>2</sup>	XIX	3	Habitação
Casa de Leiras	2 ha	XVII/XVIII	Desde sempre	Habitação
Quinta da Cantareira	4800 m <sup>2</sup>	XVIII	Adquirida	Quinta
Casa do Esteiró	-	XVIII	Desde sempre	Habitação

\* NR — Não respondeu  
Fonte: Elaboração própria

As três unidades situadas junto ao centro de Caminha (Quinta da Graça, Casa de Leiras e Casa de Esteiro) são casas de elevado valor histórico e arquitectónico, que sofreram alterações ligeiras face à sua traça original. As restantes, igualmente de reconhecido valor arquitectónico e histórico, constituíram no passado a cabeça de explorações agrícolas e pecuárias que, com o tempo, se foram fragmentando. Na actualidade, em nenhum dos casos são exercidas actividades agrícolas ou pecuárias complementares da actividade agrícola. Daí que os terrenos circundantes tenham dado lugar a espaços ajardinados.

Todas elas foram restauradas no seu interior para oferecerem aos turistas as comodidades exigidas para a afirmação da vocação turística, tendo havido recurso a apoios financeiros públicos para as benfeitorias efectuadas apenas em dois casos. Nos restantes, houve recurso a capitais próprios e a financiamentos bancários.

Do ponto de vista das características das unidades, o Quadro 5 fornece-nos um retrato resumido.

Quadro 5  
Salas e serviços à disposição dos turistas (Caminha)

Salas e Serviços	HR Casa da Anta	Quinta da Graça	Casa da Eira	Casa da Torre	Casa de Leiras	Quinta da Cantareira	Casa de Esteiró
Sala de refeições	X**	X*	X*	X**	X*	X*	X*
Sala de estar privativa		X			X		
Sala de estar comum	X	X	X		X	X	X
Sala de jogos / bilhar		X***			X		
Piscina		X	X		X	X	
Parque Infantil					X		
Bicicletas					X	X	X

\* só pequeno almoço; \*\* dispõe de restaurante; \*\*\* em construção  
Fonte: Elaboração própria

Daí se pode concluir que, com excepção de uma unidade que possui um restaurante, as casas só servem pequeno-almoço. A razão apresentada para que assim seja foi a disponibilidade nas imediações de restaurantes, com qualidade.

Para além da questão do conforto, começa também a existir alguma preocupação com o entretenimento e diversão dos hóspedes. A proximidade a praias marítimas e fluviais foi a justificação apontada por duas das unidades turísticas para não disporem de piscina, embora reconheçam a importância deste equipamento.

É de referir que, embora todas as casas se encontrem abertas durante todo o ano, a procura é altamente sazonal, concentrando-se nos meses de Junho a Setembro, tal como se vislumbra a nível nacional, com estadias médias de 4 dias. As faixas etárias que mais procura este tipo de turismo são as dos 30 aos 60 anos, quer no caso dos turistas nacionais, quer no caso dos estrangeiros. Da informação recolhida, constata-se que, apesar da proximidade com a Galiza, não existe uma procura especialmente relevante de turistas espanhóis, sendo os turistas estrangeiros maioritariamente provenientes da Alemanha, Inglaterra e Holanda, coincidindo com o que se passa a nível nacional. Outro aspecto importante é a forma de atendimento existente nestas unidades TER, onde não há uma normalização do atendimento, cada casa recebendo de forma diferente, embora com a preocupação da qualidade.

Tal como já foi referenciado, o Hotel Rural Casa da Anta, complementarmente ao alojamento TER, dispõe de um restaurante típico com serviço de gastronomia minhota, que serve, para além dos turistas que a unidade aloja, o público em geral. O restaurante, que tem a mesma designação da unidade turística, constitui, um complemento (apreciável) de rendimento.

O inquérito conduzido permitiu, igualmente, concluir que a exploração das unidades turísticas é conduzida por pessoas que têm já idade avançada: apenas num caso a idade da proprietária (Quinta da Graça) é inferior a 60 anos. À excepção da proprietária atrás mencionada, que é holandesa, os restantes têm nacionalidade portuguesa, embora apenas um seja natural do concelho de Caminha. Note-se ainda que, no geral, são detentores de formação académica a nível de ensino superior.

Considerando agora o recrutamento do pessoal de apoio, os dados recolhidos evidenciam que a mão-de-obra contratada (muito reduzida) é maioritariamente do concelho, com baixo nível de instrução e, contrariamente ao que é comum na generalidade do sector turístico, os assalariados existentes trabalham todo o ano.

Como nota derradeira, refira-se a insatisfação que os operadores revelam no que se reporta à promoção da sua oferta, estendendo a sua crítica dos organismos oficiais (nacionais, regionais e locais) às associações de proprietários TER, isto é, à PRIVETUR e à TURIHAB. Os proprietários contactados, quer em Caminha quer em Paredes de Coura, reconhecem, neste campo, maiores vantagens nas parcerias que estabelecem com agências turísticas, sobretudo no que respeita à captação de turistas estrangeiros.

Alguns proprietários revelaram, igualmente, desagrado pela falta de cooperação e dinamismo dos próprios parceiros de actividade, referindo que alguns se mostram satisfeitos com a procura sazonal dos meses estivais, não demonstrando interesse em alterar o 'estado de coisas' ao longo do resto do ano.

### 3.2 O caso de Paredes de Coura

O concelho de Paredes de Coura, situado no interior do Alto Minho, é constituído por 21 freguesias, distribuídas por 138,4 km<sup>2</sup>. A sua população era, de acordo com o Censos de 2001, de 9415 habitantes, tendo registado um decréscimo de 9,8% relativamente aos dados do Recenseamento de 1991.

A análise da evolução e distribuição da população activa residente por grandes sectores de actividade permite ilustrar o acentuado processo de mudança em curso na estrutura das actividades económicas num concelho de características eminentemente rurais. De facto, desde os anos 80 que o sector primário tem sofrido uma acentuada quebra e, se ainda em 1991 este sector ocupava 47% da população activa do concelho, em 2001 ocupava apenas 18,5%. Por sua vez, os sectores secundário e terciário tiveram um forte incremento nas duas últimas décadas, registando, em 2001, 38,1 e 43,4% da população activa empregue, respectivamente.

Sendo um concelho favorecido para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, em razão da detenção de um rico património histórico, monumental e artístico - importantes testemunhos arqueológicos e etnológicos, marcos miliários, pontes romanas, troços medievais do “Caminho Português de Santiago”, ponte medieval, igreja românica de Rubiães, área de Paisagem Protegida do Corno de Bico - é de alguma forma estranho que 70% das unidades turísticas tenham surgido apenas nos últimos três anos.

O quadro que se segue (Quadro 6) identifica as casas existentes e situa-as por referência à distância à sede do concelho.

Quadro 6  
Identificação e localização das unidades TER existentes em 2004 (Paredes de Coura)

Nome das Casas	Modalidades de TER	Freguesia	Distância à Sede do Concelho	Início da Actividade
Casa do Paço	TR	Ferreira	5,5 km	1994
Casa Paz do Outeiro	TR	Ferreira	6 km	1994
Casa Cerejas	TR	Bico	5,2 km	2004
Quinta da Cruz	TR	Linhares	6 km	2003
Sonho da Seara	TR	Bico	5,5 km	2004
Quinta de Favães	TR	Moselos	3,5 km	
Quinta S. Roque	CC	Rubiães	7 km	2004

Fonte: Elaboração própria

Daí se pode concluir que só em cinco das vinte e uma freguesias de Paredes de Coura se verifica a presença deste tipo de unidades turísticas, estando apenas uma delas a menos de 5 km da sede do concelho, e encontrando-se todas nitidamente inseridas no espaço rural. Merecerá menção também a circunstância de duas das unidades beneficiarem da proximidade da Paisagem Protegida do Corno de Bico.

A oferta de Paredes de Coura restringe-se, praticamente, à modalidade Turismo Rural, tendo apenas aberto recentemente uma Casa de Campo (Quinta de S. Roque). O facto de existirem no concelho grandes casas de abastados lavradores dos séculos XVI, XVII e XVIII ou da grande burguesia do século XIX, casas estas de reconhecido valor arquitectónico e com características tipicamente rurais, não foi, contudo, o único factor relevante na imposição do TER. De facto, não existindo hotelaria tradicional no concelho (existe apenas uma pensão de 1ª categoria), o que se traduz em óbvia reduzida oferta de alojamento (um hotel

ou mesmo uma estalagem não se mostram economicamente viáveis uma vez que a sua localização permite aos visitantes o acesso a uma diversidade de alojamento em territórios vizinhos, com qualidade), seria de esperar uma dinâmica do TER mais forte, por forma a suprir as necessidades de investimento em alojamento (mais de 50% dos estabelecimentos surgiram apenas nos dois últimos anos).

A questão dos financiamentos ao TER foi um factor decisivo para muitos proprietários, pois os benefícios recaíram sobre as próprias casas em termos de restauro e adaptações imprescindíveis (devido ao estado de abandono a que algumas estavam submetidas), garantindo a preservação do património arquitectónico. Daí que, de acordo com a informação recolhida, mais do que por razões económicas, foram a questões da recuperação do património e ocupação pessoal que motivaram os proprietários para iniciarem esta actividade.

Do ponto de vista das características das unidades e evolução da propriedade, o quadro 7 sintetiza alguns elementos adicionais relevantes.

Quadro 7  
Breve caracterização das unidades TER (Paredes de Coura)

Casas de TER	Área Total da Propriedade	Século de Construção	Gerações na Família	Antes de ser TER
Hotel Rural Casa da Anta	5,2 ha	XVI	Adquirida	Habitação
Quinta da Graça	?	XIX	3	Habitação
Casa da Eira	2 ha	XVIII	3	Quinta
Casa da Torre	3,5 ha	XVIII	4	Quinta
Casa de Leiras	?	XVIII	Adquirida	Quinta
Quinta da Cantareira	-	XVII	Desde sempre	Quinta
Casa do Esteiró	-	-	-	Quinta

Fonte: Elaboração própria  
\* NR - Não respondeu

Apesar de serem actualmente pequenas propriedades, todas as unidades turísticas fizeram parte no passado de explorações agrícolas e pecuárias de grande dimensão que, com o tempo, se foram fraccionando. Na actualidade, em nenhum dos casos são exercidas actividades agrícolas ou pecuárias complementares da actividade turística, embora no caso de uma delas tenha existido em tempos a produção artesanal de queijo de cabra, na qual podiam participar os turistas. O queijo chegou a ser comercializado com algum sucesso, contudo a proprietária teve de suspender a actividade por falta de meios, sobretudo humanos.

Todas as unidades contactadas foram restauradas no seu interior para oferecerem aos turistas as comodidades exigidas para a afirmação da vocação turística, tendo para tal recorrido a apoios financeiros públicos, à excepção de um caso, em que foram apenas utilizados capitais próprios. Alguns dos proprietários declararam ter adquirido e restaurado mobiliário antigo e rústico, bem como peças decorativas de forma a embelezar os interiores das suas casas e torná-las mais consentâneas com o ambiente que as rodeia. Os terrenos circundantes foram também objecto de recuperação, tendo resultado bonitos espaços ajardinados, dotados de equipamentos de diversão.

Quanto ao perfil das pessoas que exploram as unidades turísticas referenciadas, são maioritariamente do sexo feminino (à excepção de um caso, que corresponde também ao proprietário com idade mais avançada), com uma média de idades que ronda os 52 anos, e detentores de formação académica a nível de ensino superior (também aqui, a excepção corresponde ao proprietário acima referenciado). Todos têm nacionalidade portuguesa, mas apenas três proprietários são naturais do concelho de Paredes de Coura.

Do ponto de vista das características das unidades, o quadro 8 fornece-nos um retrato resumido.

Quadro 8  
Salas e serviços à disposição dos turistas (Paredes de Coura)

Salas e Serviços	Casa do Paço	Casa Paz Outeiro	Casa Cerejas	Quinta Cruz	Sonho Seara	Quinta Favães	Quinta S. Roque
Sala de refeições	X*	X**	X**	X*	X**	X*	X*
Sala de estar privativa		X	X			X	
Sala de estar comum	X		X	X	X		X
Sala de jogos / bilhar	X		X	X	X	X	
Piscina	X***	X	X	X	X	X	X
Parque Infantil		X					
Bicicletas		X	X		X		
Cavalos		X					

\* só pequeno almoço; \*\* dispõe de restaurante; \*\*\* em construção  
Fonte: Recolha própria

Daí se pode concluir que apenas três casas mostram disponibilidade para servir refeições aos seus clientes, mas só quando são expressamente solicitadas, enquanto as restantes se limitam a oferecer o pequeno-almoço. A razão apontada reside na circunstância da estadia nas unidades ser curta, já que os turistas as usam sobretudo como ponto de apoio para a exploração do território envolvente, não justificando um investimento nesta área. A Casa Paz do Outeiro possibilita aos seus hóspedes a oportunidade de andar a cavalo, o que, de acordo com a sua proprietária, é uma forte mais valia.

Todas as unidades (à excepção da Casa do Paço, que prevê a sua disponibilização em breve) dispõem de piscina, equipamento considerado por todos os proprietários como sendo essencial para este tipo de estabelecimento localizado no interior.

No que respeita à mão-de-obra contratada, é maioritariamente feminina, com baixo nível de instrução - quase exclusivamente habilitada com o ensino básico (primário) - e recrutada no concelho, consoante as necessidades das unidades.

Em termos complementares, do levantamento feito às unidades TER a operar no concelho de Paredes de Coura, e embora a experiência da maioria das casas seja ainda diminuta, retenha-se: a existência de picos de procura coincidentes com o Verão; a permanência dos turistas, em média, de três a oito dias, sendo que os nacionais são oriundos maioritariamente do norte do país e de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto os estrangeiros provêm na sua maioria da Alemanha e Holanda; e a predominância dos grupos etários dos 31 aos 60 anos, entre os utentes nacionais, e uma maior procura com origem estrangeira nas faixas etárias acima dos 46 anos.

Como nota derradeira, refira-se que, apesar desta actividade ser muito recente e ter um quadro de expressão territorial muito restrito, tem gerado benefícios para o concelho, particularmente no que toca a alojamento, por assim o turista deixar de ser exclusivamente turista de passagem, o que, por sua vez, provoca um efeito de arrastamento na procura de outros produtos, nomeadamente, gastronomia.

Como fenómeno recente que é, as expectativas são relativamente optimistas, transparecendo entre os proprietários a ideia que esta actividade tem reais potencialidades de se constituir num factor de desenvolvimento de Paredes de Coura, sendo para isso necessário apenas um maior empenho por parte das autoridades competentes na defesa e promoção deste tipo de turismo. Em particular, os proprietários reclamam um maior envolvimento da Câmara Municipal, numa estratégia concertada que permita aproveitar o turismo rural, o património natural e construído, a gastronomia e a reabilitação do artesanato e ofícios tradicionais. Em vista está valorizar alguns dos recursos endógenos do concelho e contribuir para a redução da sazonalidade da procura turística existente.

## Conclusões

O turismo, na sua faceta mais tradicional de sol e praia, marcou o desempenho económico nas três últimas décadas de regiões como o Algarve e a Madeira e, em menor grau, Lisboa. Explorando o potencial natural desses territórios, o sector confirmou-se como um importante gerador de emprego e rendimento, embora se tenha convertido em mais uma causa do crescimento assimétrico e litoralizado do país.

À luz desta experiência, para constituir um instrumento de desenvolvimento das regiões deixadas esquecidas pelo modelo a que acabámos de nos reportar, o turismo português precisaria de desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial dos territórios e configurando produtos turísticos alternativos. Num certo sentido, era essa a ideia enformadora do ordenamento turístico do território lançado em 1986. No entanto, o “Plano Nacional de Turismo” que lhe dava forma foi rapidamente abandonado, tendo-se perdido a ênfase política de base regional que prosseguia.

E, todavia, a beleza das paisagens, a riqueza arquitectónica de edifícios seculares, a exuberância da gastronomia e de muitas manifestações culturais são uma realidade incontornável da identidade de múltiplas regiões portuguesas, como disso são expressão o Minho, em geral, e os concelhos de Caminha e Paredes de Coura, em particular. A limitar a exploração comercial desses recursos têm estado o excessivo investimento promocional feito no turismo de sol e praia e o correspondente défice de empenho noutros produtos, porventura menos massificados, mais exigentes em matéria de qualidade de serviço, mas, seguramente, portadores de progresso numa lógica de desenvolvimento mais sustentável e mais equilibrado territorialmente.

Aparte os recursos dedicados à promoção, faltará também a articulação de esforços dos agentes envolvidos nas diferentes componentes de realização da oferta (administração pública e privados), para que se cumpra o objectivo de qualidade que o TER significa e de eficiência na exploração do mercado potencial, que ninguém duvida que exista.

O espaço rural foi tradicionalmente um universo de actividades, em que cada uma fornecia uma parte dos recursos que sustentavam as comunidades instaladas. Remonta à revolução industrial e à urbanização subsequente a perda de diversidade funcional do campo. O TER pode ser um contributo de relevo para esse reganhar de complexidade funcionalidade do mundo rural, mas não será solução única. A própria expressão escassa e localizada dos recursos que lhe dão sustentação lhe inviabiliza essa ambição. E é também por essa mesma razão que não faz sentido pensar que será resposta para toda e qualquer parcela do território nacional. Isto é, o TER terá (tem) a expressão concentrada territorialmente que lhe dita a dotação dos recursos singulares das regiões. Isso mesmo nos é posto em evidência pela expressão geográfica actual do produto no espaço nacional e, nalguma medida, pelo que os exemplos de Caminha e Paredes de Coura nos aportam.

Em concreto, nos casos de Caminha e Paredes de Coura, a análise permitiu constatar que existe um potencial turístico relevante no que ao TER respeita. Esse potencial assenta na variedade e singularidade dos seus recursos, na imagem de qualidade que tem conseguido granjear, pese embora limitações óbvias de qualificação dos recursos humanos que apoiam a actividade das unidades.

Importará, contudo, saber se o modelo implementado é capaz de gerar desenvolvimento sustentável, através de uma correcta integração horizontal no conjunto do sistema produtivo local, aproveitando de forma mais eficaz as capacidades e recursos existentes em áreas conexas ou afins, e complementando e ampliando uma oferta de serviços diferenciada no quadro territorial onde se situam os recursos a potenciar.

De outro ponto de vista, conforme foi igualmente sublinhado pelos operadores contactados, importa dar passos concretos em matéria de políticas promocionais onde o TER surja integrado numa estratégia de promoção e aproveitamento dos recursos turísticos do território, sob pena do impacte económico desta actividade permanecer aquém do possível e desejável.

As autoridades regionais e locais, em particular as comissões regionais de turismo e as câmaras municipais, têm a esse nível um papel insubstituível a desempenhar: às comissões regionais de turismo cumpre-lhes assumir um papel mais activo na criação de verdadeiros “clusters” económicos e não ser meros agentes de promoção; as câmaras municipais, por sua vez, têm de ser mais sensíveis às exigências de qualidade total impostas pelo sector. Concretamente, terão que assumir postura mais exigente em matérias como o ordenamento turístico e o ordenamento do conjunto do território, de uma forma geral, e fazer prevalecer os valores estéticos e culturais dos lugares.

Umhas e outras entidades (instituições e operadores turísticos, entenda-se) terão, por outro lado, de manter-se atentas à evolução das necessidades e preferências dos consumidores, porque serão eles que ditarão o sucesso ou insucesso dos produtos turísticos oferecidos.

## Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, M<sup>a</sup> Luís; GODINHO, Célia (2001), "Turismo – diagnóstico prospectivo", DT 35, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa.
- BAPTISTA, Mário (1990), *O turismo na economia – uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa.
- BAPTISTA, A. J. Mendes (1997), "A acção económica das regiões", *Regionalização e Desenvolvimento*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, pp.161-170.
- BARQUERO, António Vazquez (1995), "A evolução recente da política regional. A experiência europeia", *Notas Económicas*, Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nº6 Dezembro 1995, pp. 24-39.
- BOTE GÓMEZ, V. (2001), *Turismo en espacio rural. Rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economía local*, Ed. Popular, Madrid.
- BOULLON, Roberto (2000), *Ecoturismo – Sistemas naturales y urbanos*, Librerías y Distribuidora Turísticas, Buenos Aires.
- BULL, A. (1994), *La economía del sector turístico*, Alianza, Madrid.
- BUTLER, Richard W. (2000), "Tourism, natural resources and remote areas", in *Tourism sustainability and territorial organisation – XII Summer Institute of the European Regional Science Association*, APDR, Coimbra, pp.47-60.
- CERRO, Francisco Leno (1993), *Técnicas de evaluación del potencial turístico*, Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, Madrid.
- CUNHA, Licínio (1997), *Economia e política do turismo*, McGraw-Hill, Lisboa.
- DÍAZ VARELA, E. R.; CANCELA BARRIO, J.J.; CRECENTE MASEDA, R. (2000), "Integración del turismo en la ordenación del territorio: aplicación al Municipio de Ribadeo (Ne Galicia-Espanã)", in *Actas do VIII Encontro Nacional da APDR – Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, Coimbra, pp.341-350.
- DSECT (2003), *O Turismo no espaço rural – 2002*, Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística, Ministério da Economia.
- FAYOS-SOLA, E. y SANCHO PÉREZ, A. (1996), "Impactos globales del turismo en el desarrollo de las regiones: Estado de la cuestión", in *Actas XX Congreso de Economía Regional, Pamplona 1996*.
- FIGUEROLA, M. (1985), *Teoría económica del turismo*, Alianza, Madrid.
- FIGUEROLA, M. (1999), *Introducción al estudio económico del turismo*, Civitas., Madrid.
- Henriques, José Manuel e Neves, António Oliveira (1986), "Castanheira de Pêra: uma via para o desenvolvimento regional endógeno?", *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, pp.116-125.
- MADEIRA, Ana Maria; REIS, Isaura; VAZ, Margarida; ALVES, M<sup>a</sup> do Ceú e JERÓNIMO, Sónia (1999), "Turismo na Beira Interior: que desenvolvimento", in *Actas do VI Encontro Nacional da APDR – Regiões e Cidades na União Europeia: que futuro?*, volume 2, pp.621-637.
- MARTINS, Luís Saldanha (2000), "Territorial organisation of tourism in Portugal: identification and promotion of the touristic resources", in *Tourism sustainability and territorial organisation – XII Summer Institute of the European Regional Science Association*, APDR, Coimbra, pp.565-577.
- PARDELLAS, Xulio et al (sd), *Mellora do sector turístico na Comarca do Baixo Miño*, policopiado.
- PARDELLAS, Xulio; PADÍN, Cármen; RIBEIRO, J. Cadima; GOMES, Pedro (2000a), "Os recursos naturais e históricos e as economias locais transfronteiriças: caracterização do Baixo Miño (Galiza) e Alto Minho (Portugal) como destino turístico conjunto", in *Actas do VIII Encontro Nacional da APDR – Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, Coimbra, pp.503-520.
- PARDELLAS, Xulio et al (2000b), "La integración del turismo en proyectos municipales de desarrollo local: experiencias en Galicia", in *Actas III Congreso de Turismo, Universidad y Empresa*, Castellón.
- PARDELLAS, Xulio; PADÍN, Cármen; RIBEIRO, J. Cadima; GOMES, Pedro (2002), *Abordagem à actividade turística nas cidades do Eixo Atlântico*, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.
- PEARCE, Philip (1991), "Analyzing tourist attractions", *The Journal of Tourism Studies*, vol. 2, nº 1.
- Polèse, Mario (1998), *Economia Regional e Urbana – Lógica Espacial das Transformações Económicas*, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Coimbra.
- Polèse, Mario (1998a), "From regional development to local development: on the life, death and rebirth of regional science as a policy relevant science", in *Actas do V Encontro Nacional da APDR – Emprego e Desenvolvimento e Regional*, Coimbra, vol. I, pp. 59-70.
- RIBEIRO, J. Cadima (1991), "Turismo no espaço rural em Portugal: um apontamento introdutório", *Documento de trabalho*, Universidade do Minho, Braga, Outubro de 1991 (policopiado).



- RIBEIRO, J. Cadima *et al.* (2001), "Turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal", *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu – actas do VIII Encontro Nacional da APDR*, Ed. APDR, Coimbra, pp. 329-341.
- ROBALO, Fernanda e RIBEIRO, J. Cadima (1997), "turismo no Espaço rural: referência ao caso da póvoa de Lanoso", *Cadernos de Estudos Municipais*, nº 7, Junho, 87-99.
- SALVÀ TOMÁS, Pere (2000), "Tourism sector restructurations, sustainability and territorial perspectives at the beginnings of 21<sup>st</sup> century, in *Tourism sustainability and territorial organisation – XII Summer Institute of the European Regional Science Association*, APDR, Coimbra, pp.97-112.
- SILVA, João Albino; PERNA, Fernando (2002), "Turismo e desenvolvimento auto-sustentado", *Compêndio de Economia Regional*, COSTA, José da Silva (coord.), APDR, Coimbra, pp.451-474.
- SILVA, João Albino Matos e SILVA, José António Vieira (1995), "Inserção territorial das actividades turísticas em Portugal – uma tipologia de caracterização", III Encontro Nacional da APDR, Abril de 1995, Porto.
- SILVA, J. Amado; SILVA, J. Sancho (1998), "A importância do turismo na economia", in *Economia & Prospectiva*. Vol. I, nº4 Jan./Mar. 1998, pp. 45-59.
- TOMÁS, Pere Salvà (1999), "The culture revaluation as resource and the Mediterranean way of life as attraction: two basic variables for the tourist development of European southern areas in next millennium", in *Actas do VI Encontro Nacional da APDR – Regiões e Cidades na União Europeia: que futuro?*, volume 2, pp.613-620.
- TRINDADE, António (1997), "Turismo português – reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade", DT 9-97, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa.
- VIEIRA, João Martins (1997), *A economia do turismo em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- VERA, F. (coord) (1997), *Análisis territorial del turismo*, Ariel, Barcelona.

Sítios na internet:

- [www.adeturn.pt](http://www.adeturn.pt)
- [www.dgdr.min-agricultura.pt](http://www.dgdr.min-agricultura.pt)
- [www.dgturismo.pt](http://www.dgturismo.pt)
- [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- [www.rtam.pt](http://www.rtam.pt)
- [www.turihab.pt](http://www.turihab.pt)